

Parâmetros para a fiscalização de shows



O Pleno do Tribunal de Contas de Pernambuco (TCE-PE) aprovou resolução que estabeleceu parâmetros para a fiscalização da contratação de artistas e a realização de eventos culturais financiados com recursos públicos. O objetivo é ampliar a transparência, reforçar o controle sobre os gastos e evitar irregularidades em festividades promovidas pelo estado, prefeituras e demais órgãos públicos.

A resolução busca fortalecer os mecanismos de controle sobre os gastos com eventos festivos, e garantir mais segurança jurídica nas contratações realizadas pelo poder público. O documento se soma às orientações do Ministério Público de Pernambuco e às iniciativas de entidades representativas municipalistas voltadas à criação de critérios objetivos para racionalizar os gastos com eventos festivos, sem comprometer a autonomia dos municípios.

Entre as principais orientações estão:

- Obrigatoriedade de realização de licitação, chamamento público ou outro procedimento formal adequado para contratação dos artistas, conforme cada situação;
- Proibição da realização de eventos festivos em situações de calamidade pública, conforme prevê a legislação estadual;
- Compatibilidade dos gastos com festividades com a capacidade financeira do ente público, sem comprometer despesas prioritárias e serviços essenciais como Saúde, Educação e Previdência;
- Proibição do uso de apresentações artísticas para promoção pessoal de agentes públicos. Os contratos deverão conter cláusula proibindo artistas de fazer menções, elogios ou qualquer manifestação que caracterize promoção de autoridades, gestores ou servidores durante os eventos. A regra impede que agentes públicos utilizem a estrutura do evento para autopromoção.

O TCE-PE emitirá alerta aos órgãos públicos quando os gastos com contratações artísticas ultrapassarem 3% da Receita Corrente Líquida do ente público, considerando as despesas acumuladas nos últimos 12 meses.

Seminário sobre Gestão de Resíduos Sólidos



Nos próximos dias 20 e 21, o TCE-PE promove o “Seminário Internacional sobre Sustentabilidade na Gestão de Resíduos Sólidos: da destinação à transformação”. O evento ocorrerá na Escola Judicial de Pernambuco (ESMAPE), com o apoio da ATRICON, do Instituto Rui Barbosa e do Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas (IBRAOP).

O objetivo do encontro é promover uma discussão aprofundada sobre a sustentabilidade

na gestão de resíduos sólidos, abordando seus principais aspectos. O público-alvo é formado por gestores, técnicos e servidores dos municípios pernambucanos.

Mapeamento de Competências

O TCE-PE apresentou ao seu quadro de colaboradores o projeto de mapeamento de competências da instituição. A ideia surgiu a partir do mapeamento da Cadeia de Valor Integrada, realizado em 2025, e integra uma das iniciativas estratégicas do Tribunal.

Na reunião, a psicóloga Danyelle Barreto - especializada em gestão de pessoas e soluções integradas - falou sobre as diversas etapas do levantamento. De acordo com a consultora, o projeto prevê ainda a realização de oficinas para mapear as competências de todas as áreas do Tribunal e um diagnóstico que vai identificar as necessidades de capacitação para servidores e

gestores.

Os resultados servirão de base para aprimorar os processos de avaliação de desempenho e alocação de pessoas - fortalecendo a gestão, sem perder de vista a valorização e reconhecimento dos servidores - e para a criação de um banco interno de talentos, oportunizando o crescimento e o avanço na carreira, isso tudo alinhado às demandas estratégicas do TCE-PE.

A gestão por competências contribui para o aumento da produtividade, a valorização de talentos, o recrutamento e a alocação de pessoas de forma mais assertiva e o treinamento de colaboradores com foco na estratégia das organizações.

Siga o TCE nas redes sociais

